

EDITORIAL

Atualmente, muito se discute sobre integridade científica no desenvolvimento da atividade de pesquisa e sua comunicação em periódicos especializados e outros veículos de divulgação do conhecimento. Frequentemente, são levantadas questões que envolvem o assunto pelos meios de comunicação e redes sociais, são criadas organizações em todo o mundo e elaboradas normas por agências de fomento à pesquisa que divulgam o que se convencionou chamar de boas práticas na pesquisa/publicação. Para citar um exemplo, no Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) criou, em março de 2012, a Comissão de Integridade na Atividade Científica. A discussão sobre a questão inclui, invariavelmente, temas como fraudes, plágio, conflitos de interesse, dentre outros, além de sanções para os casos identificados de desvios éticos.

Há um tipo de prática que não está prevista quando o assunto é integridade na pesquisa: a invisibilidade e exclusão sistemática das mulheres da atividade científica, por meio da escrita considerada “gramaticalmente” correta. Refiro-me ao uso indiscriminado do artigo definido masculino nas referências às pessoas que se ocupam da atividade científica, às pessoas que participam de pesquisas como informantes dos dados, seja por meio de entrevista, observação ou experimentos, entre outras.

Prevalece, em nossa sociedade, a pretensão de que o ponto de vista masculino representa o geral, ou seja, todas as pessoas, mulheres e homens. No entanto, muitas mulheres não se sentem incluídas em processos assim caracterizados, tendo sempre que perguntar de quem se está falando; ou desenvolveram sentimentos de identidade de gênero com base em experiências que lhes são próprias, conferindo-lhes um lugar na sociedade e de pertencimento específicos e não como pertencentes a um lugar qualquer, indeterminado.

A utilização de uma linguagem inclusiva de gênero e, também, racial requer a adoção de estratégias de (re)construção do pensamento e da cognição que não se restringem à aposição diferencial do artigo definido; passa pelo reconhecimento da importância dos processos de identidade dos vários grupos sociais e sua participação na escrita da história, notadamente das mulheres. Oportunamente, vale lembrar que o Grande Prêmio Capes de Teses do ano 2012, outorgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foi conquistado apenas por mulheres.

Enilda Rosendo do Nascimento

Editora